

Ana Rita Araújo Silva

**Para além da caridade: em que medida
o atendimento às necessidades pode impulsionar
o desenvolvimento das capacidades?**

Belo Horizonte

2010

Ana Rita Araújo Silva

**Para além da caridade: em que medida
o atendimento às necessidades pode impulsionar
o desenvolvimento das capacidades?**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de especialização em Elaboração, gestão e avaliação de programas sociais em áreas urbanas, do Centro de Pesquisa e Capacitação em Programas Sociais (Cecaps) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Belo Horizonte

2010

ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS EM ÁREAS URBANAS

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

ANA RITA ARAÚJO SILVA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dez reuniu-se a Banca Examinadora da Defesa de Monografia do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas intitulada: **“Para além da caridade: em que medida o atendimento às necessidades pode impulsionar o desenvolvimento das capacidades?”**, composta pelos professores Jorge Alexandre Barbosa Neves e Márcio Simeone Henriques (Orientador). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia, com a nota 100 (cem), conceito excelente. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2010

Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques

Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Márcio Simeone Henriques, pela dedicação e empenho com que me auxiliou em todas as etapas da elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar dados sobre pobreza e exclusão no município mineiro de Jaboticatubas, localizado no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Ao tomar o trabalho assistencial realizado no local pelo Grupo de Amparo Mansão de Luz (Gamaluz) como um “lugar” a partir de onde se pode enxergar melhor as características comuns ao grupo populacional assistido, o estudo procura discutir a efetividade do tipo de assistência oferecido pela Instituição e questionar como o atendimento às necessidades pode impulsionar o desenvolvimento das capacidades. Desse modo, indaga de que modo é possível ultrapassar os limites do assistencialismo e promover, efetivamente, o desabrochar de qualidades e características que podem levar aquela população a assumir o que economista indiano Amartya Sen denomina como “liberdade positiva”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ATLAS – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

Gamaluz – Grupo de Amparo Mansão de Luz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ITR – Imposto Territorial Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PARA ALÉM DAS NECESSIDADES	11
2.1. PASSIVIDADE OU ESCOLHAS GENUÍNAS?.....	12
2.2. O GAMALUZ E AS PESSOAS-BONSAI	14
3. RETRATO EM PRETO E BRANCO	19
3.1. NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO	20
3.2. APROXIMANDO O OLHAR	21
3.2.1. DESLOCAMENTO	22
3.2.2. CESTA BÁSICA	22
3.2.3. TRATAMENTO DE SAÚDE	23
3.2.4. ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL	24
3.2.5. CURSOS PROFISSIONALIZANTES	25
3.2.6. DEPENDENTES	27
3.2.7. RENDA	27
3.2.8. MORADIA	28
3.3. ENTREVISTAS	28
4. MUITO POUCO A USUFRUIR	31
4.1 NECESSIDADES	31
4.2 AGENTE DO PRÓPRIO DESTINO?	35
5. HÁ FLORES ENTRE OS PEDREGULHOS	37
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
7. ANEXOS	
7.1. ANEXO 1:	
- QUESTIONÁRIO	
- ROTEIRO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	
7.2. ANEXO 2:	
- DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS	
7.3. ANEXO 3:	
- DADOS SOBRE VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS	
7.4. ANEXO 4:	
- DADOS SOBRE OS JOVENS NO MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS	

1. INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa surgiu de uma experiência de trabalho voluntário que se desenvolve a menos de 80 quilômetros da capital mineira, no município de Jaboticatubas, desde 2001. Localizada no distrito de São José do Almeida, a 16 quilômetros da sede municipal, a fazenda Mansão de Luz foi adquirida por um grupo religioso (de orientação kardecista) para sediar atividades como meditação, estudos do Evangelho e da Doutrina Espírita e tratamento de saúde.

Logo se percebeu que a população local não teria condições de participar das iniciativas de cunho espiritual sem que recebesse suporte material. Assim, além das refeições servidas nos dias de atividades – desjejum e almoço – a instituição passou a distribuir cestas básicas, sempre com a esperança de que os frequentadores deixem a condição de assistidos e alcancem um padrão de vida que os permita buscar a Fazenda apenas para participar das atividades espirituais e culturais ali oferecidas.

Trata-se de uma população que vive em uma área urbana – no sentido utilizado por MONTE-MÓR (2009), para quem o “urbano” não é adjetivo de cidade, mas um novo substantivo, que possui características próprias. O urbano seria esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, um terceiro elemento que engloba cidade e campo, mas não se confunde com nenhum dos dois, porque possui características que ambos, isoladamente, não têm. No espaço urbano operam, por exemplo, condomínios fechados, hotéis-fazenda, serviços como luz elétrica, sistema viário e telefonia, além de condições de produção e de consumo que eram próprias da cidade.

Diante dessa configuração social, segundo o autor, o que restou do campo estaria diante de duas opções – a industrialização ou a urbanização. Na primeira hipótese, passaria a se subordinar a uma lógica típica da produção industrial e do agronegócio, regida pelo grande capital. A segunda opção inclui os sítios de lazer e as atividades do pequeno produtor. Fazem parte do que se tem chamado de “novo rural” as pousadas, casas de campo e segunda residência em regiões ditas rurais, mas que são uma clara extensão do urbano.

Localizado no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas rotas turísticas do Circuito Estrada Real e da unidade de conservação Parque Nacional da Serra do Cipó, o município de Jaboticatubas começa a se beneficiar de

investimentos que vêm sendo feitos na região pelo governo de Minas Gerais desde 2004. Segundo MONTE-MÓR (2010) trata-se de “um conjunto de projetos públicos que abrem novas perspectivas para os municípios localizados no Vetor Norte da RMBH”. Some-se a isso a recente implantação da Cidade Administrativa na região norte de Belo Horizonte – com todos os equipamentos públicos que integram a obra; o Aeroporto-Indústria, projeto que inclui estruturas de armazenamento, complexos industriais e serviços avançados; além da previsão de diversos outros grandes empreendimentos.

Contudo, nesse cenário colocam-se objetivamente os problemas resultantes das desigualdades sociais, como a pobreza e a exclusão que, segundo BRONZO (2005), possuem características diferenciadas e causas também distintas em um ou outro contexto – cidade, campo ou espaço urbano.

A complexidade das causas – bem como das possibilidades de superação dessa realidade – há muito demonstrou a insuficiência do indicador Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, hegemonicamente utilizado até a década de 1980. À época, instituições como universidades, sindicatos, centros de pesquisas e agências vinculadas ao sistema de planejamento público empenharam-se no esforço de elaboração de instrumentos mais específicos para quantificar e qualificar as condições de vida e a pobreza. Assim surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), com a colaboração do economista indiano Amartya Sen e divulgado no início da década de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Índice de Desenvolvimento Humano varia de zero a 1, e quanto mais se aproxima de 1, melhores são consideradas as condições de desenvolvimento humano de um local.

Para SEN (2000: 10), “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Ele também afirma (2001: 69) que o lugar que um indivíduo ocupa em determinado ordenamento social pode ser julgado por duas perspectivas, ou seja, pela realização de fato conseguida e pela liberdade de realizar. Assim, enquanto a realização “liga-se ao que *conseguimos* fazer ou alcançar”, a liberdade relaciona-se à oportunidade real.

Tendo como base os conceitos de necessidades, capacidades e desenvolvimento humano cunhados por Amartya Sen, este estudo procura levantar hipóteses sobre os caminhos possíveis para impulsionar o desenvolvimento humano

em um grupo populacional que possui baixo índice de escolaridade e convive com o subemprego, a subnutrição e a falta de perspectivas profissionais e sociais.

Com base em tais conceitos, pode-se questionar: que oportunidades reais têm os indivíduos desprovidos dessas condições básicas? Como suprimir a desigualdade de oportunidades e levar as pessoas a alcançar a “condição de agentes” para atuarem livremente e construir como queiram o seu futuro?

Para dar base à pesquisa, foram reunidos dados secundários sobre o município de Jaboticatubas e a economia da região, além de dados primários obtidos a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, entre as pessoas que procuram os serviços oferecidos pela Instituição.

Tomando o trabalho assistencial realizado na fazenda Mansão de Luz como um “lugar” a partir de onde se pode enxergar melhor as características comuns a esse grupo populacional, esta pesquisa apresenta dados sobre pobreza e exclusão em Jaboticatubas, condição que continua a desafiar esforços de entidades públicas, privadas e não governamentais, não apenas neste município mas em todo o país. Também procura discutir a efetividade do tipo de assistência oferecido pela Instituição e questiona como o atendimento às necessidades pode impulsionar o desenvolvimento das capacidades. Em outras palavras, indaga de que modo é possível ultrapassar os limites do assistencialismo e promover, efetivamente, o desabrochar de qualidades e características que podem levar aquela população a assumir o que Sen denomina como “liberdade positiva”.

2. PARA ALÉM DAS NECESSIDADES

Segundo JANUZZI (2001), o IDH foi construído com o intuito de avaliar operacionalmente o nível e o progresso do desenvolvimento humano, por isso, resulta da aglutinação de diversos indicadores, em três dimensões: nível educacional, computado a partir da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização; esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos à morbi-mortalidade; e Produto Interno Bruto *per capita* ajustado segundo uma técnica específica, de modo a refletir melhor a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material em cada país. BRONZO (2005: 90) explica que:

O eixo desse paradigma reside na constatação da insuficiência do crescimento econômico em produzir, mecanicamente, maiores índices de desenvolvimento social. Tal concepção rompe com um viés tradicionalmente economicista, ao propor um desenvolvimento das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, e como componentes o aumento da produtividade, a procura da equidade e o compromisso com a sustentabilidade. Combinada a essa diretriz, a noção de *empowerment*, traduzida como empoderamento, reflete a preocupação com o capital social, enfatizando a participação ativa das pessoas no próprio desenvolvimento.

A mesma autora destaca que o enfoque do desenvolvimento humano decorre diretamente da abordagem das capacidades. Para Amartya Sen, o desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que os seres humanos podem e devem fazer, a partir de certas efetivações (*functionings*) humanas e da expansão das capacidades de desempenhar certas funções. Assim, a vida pode ser entendida como uma combinação de efetivações: algumas elementares, como evitar a morbidade precoce e alimentar-se adequadamente, outras complexas, como desenvolver o auto-respeito e tomar parte na vida em comunidade. Por isso, defende Sen, deve-se avaliar o bem-estar de uma pessoa com base no conjunto de efetivações elementares e complexas. Assim, “a prosperidade econômica é apenas um dos meios para enriquecer a vida das pessoas e não um objeto a se alcançar por si mesmo” (VITTE, 2002).

DRAIBE (2005) reforça que sendo objetivo do desenvolvimento a ampliação das oportunidades das pessoas, esse conceito se distancia “da justa mas insuficiente noção de desenvolvimento como atendimento de necessidades básicas requeridas pelos grupos despossuídos”. Segundo a autora, esta concepção, embora

estratégica para o atendimento das urgências sociais, “tende a focalizar somente as lacunas e ausências, e muito pouco os recursos, os êxitos já alcançados, as oportunidades e potencialidades desses mesmos grupos carentes”. Assim, diz Draibe, “o desenvolvimento humano resulta de um complexo processo que abarca fatores sociais, econômicos, demográficos, políticos, ambientais e culturais”. Tal processo, segundo a autora, apoia-se em quatro pilares: produtividade (através do aumento da participação das pessoas no processo produtivo); equidade (ampliação e garantia de igualdade de oportunidades para todos os setores e grupos humanos); sustentabilidade, por meio de mecanismos que reponham e regenerem todos os capitais e recursos utilizados, permitindo às futuras gerações igualdade de opções e no mínimo os mesmos recursos para o seu bem-estar; e empoderamento ou “potenciação das capacidades das pessoas”. Assim, entende-se que o desenvolvimento de um país – ou de uma região – deve ser medido sobretudo pelas oportunidades que oferece à população para que esta possa realizar escolhas e exercer a cidadania.

2.1. PASSIVIDADE OU ESCOLHAS GENUÍNAS?

Amartya Sen relaciona o termo “necessidades” a pessoas que se encontram, pelo menos temporariamente, passivas (MISOCSKY, 2010). Assim, as necessidades remetem à questão do que se pode fazer pelas pessoas. Em contraposição, capacidades são abordadas a partir de uma perspectiva de liberdade positiva, ou do que as pessoas podem fazer.

Ao lembrar que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam”, SEN (2000: 17) afirma que o enfoque nas liberdades humanas está em oposição a visões mais restritas, que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Para o autor (2000: 18),

o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Na apresentação da edição brasileira da obra *Desigualdade reexaminada* (SEN, 2001), Mendes explica que a “economia filosófica de Amartya Sen tem como alicerce a ideia de que “vida boa” é uma vida “com escolhas genuínas, na qual ninguém é forçado a viver de alguma forma específica, por mais rica que esta forma de vida possa ser sob outros aspectos”. Assim, “capacidades são poderes para fazer ou deixar de fazer, sem as quais não há escolha genuína”. Para Sen, tais capacidades podem ser aumentadas pela política pública, e, por outro lado, o uso efetivo das capacidades participativas do povo pode influenciar a direção da política pública (2000).

Nessa visão, capacidades também envolvem habilidades e talentos que cada pessoa tem para usar alternativamente recursos. A falta de recursos limita tanto as alternativas do indivíduo quanto os próprios objetivos e preferências deste. Além disso, “ser carente de habilidades e talentos consiste numa limitação da liberdade de ter e de fazer escolhas (MENDES, 2001: 13). Assim, liberdade inclui “tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 2001).

Ao discutir a relação entre privações de renda e privações de capacidade, Amartya Sen não nega a relação de mão dupla entre as duas situações, ou seja, que o baixo nível de renda “pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e de más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e inversamente, melhores educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas”. Contudo, afirma que tais relações têm de ser plenamente compreendidas, pois “há outras influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que os indivíduos desfrutam, e existem boas razões para estudar a natureza e o alcance dessas interrelações” (2000: 39). Isso porque

(...) a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a “qualidade de vida”, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

Outro conceito relacionado ao desenvolvimento humano é o de trabalho decente (PNUD, 2010), adotado pela Organização das Nações Unidas, definido como

(...) um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Trabalho decente diz respeito à dignidade humana.

Nas celebrações pelo Dia Internacional da Erradicação da Pobreza (17 de outubro), as Nações Unidas voltaram a enfatizar que a criação de empregos não é suficiente para combater a miséria, pois “para promover o desenvolvimento humano, o trabalho tem de estar ligado a salários dignos, liberdade, segurança e equidade”, ou seja, é necessário que haja o trabalho decente.

Este conceito está embasado em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, que incluem liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, eliminação do trabalho forçado; fim do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação; b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social. O conceito também pressupõe a igualdade de oportunidades e de tratamento e o combate a todas as formas de discriminação – de gênero, raça/cor, etnia, idade, orientação sexual, contra pessoas com deficiência, vivendo com HIV e aids etc.

Assim, embora o emprego possa oferecer um caminho sustentável para sair da pobreza, este por si só, frequentemente é insuficiente para atingir o desenvolvimento humano. Já o trabalho decente “reduz a vulnerabilidade à pobreza, a mortalidade, a fome e as enfermidades” (PNUD, 2010). Desse modo, para que o trabalho seja uma porta de saída para a miséria, é necessário “investir em políticas econômicas e sociais que estimulem a criação de vagas, promovam condições dignas para o exercício profissional e fortaleçam os sistemas de proteção social”, além de oferecer acesso a educação, saúde pública e capacitação.

2.2. O GAMALUZ E AS PESSOAS-BONSAI

Instituição filantrópica fundada em 1993, o Grupo de Amparo Mansão de Luz (Gamaluz) atua no município de Jaboticatubas desde 2001. Na fazenda Mansão de Luz (460 hectares), localizada no distrito de São José de Almeida, realiza-se o

trabalho de assistência a famílias carentes da região, além de outras atividades específicas do Grupo, como retiros espirituais e cultivo de hortaliças e frutas orgânicas para consumo daqueles que fazem refeições no local. Todo o trabalho da Instituição é mantido por voluntários, que doam horas de trabalho e recursos financeiros.

Embora tenha como objetivo maior a realização de ações que possam fazer aflorar as capacidades das pessoas que o procuram, o Gamaluz precisou ancorar as atividades que desenvolve no município de Jaboticatubas no atendimento a necessidades básicas e urgentes.

Mais de uma centena de pessoas procuram a Fazenda todos os meses, a maior parte mulheres, jovens e crianças. Quase todos residem no distrito de São José do Almeida, em áreas rurais mais afastadas. Todos os adultos são cadastrados e classificados como efetivos ou colocados na lista de espera.

As tarefas ocorrem no segundo domingo de cada mês, e ao longo do dia são realizadas palestras com orientações sobre temas gerais (vacinação, higiene, prevenção de doenças) e sobre o Evangelho, com o enfoque Espírita, simultaneamente ao atendimento médico e psicológico. Atividades educativo-religiosas são realizadas com as crianças e os jovens, divididos por faixa etária. As famílias previamente cadastradas recebem cesta básica, roupas, calçados e utensílios domésticos. Em determinados períodos do ano são distribuídos itens adicionais, como cobertores, brinquedos para as crianças e itens de higiene pessoal.

Paralelamente ao trabalho assistencial, a Instituição realiza sindicância nos lares, para obter dados mais precisos sobre a situação de cada família. Regra geral, são encontradas condições de extrema pobreza, o que inclui escassez de alimentos, condições inadequadas de moradia e de abrigo contra as intempéries e ausência de itens básicos de higiene, como filtro, banheiro, fossa séptica, esgoto e água canalizada.

Recentemente, a Instituição selecionou algumas mulheres, entre os frequentadores, para participarem, nas próprias instalações da Fazenda, de curso preparatório para inserção no mercado de trabalho. Parte delas será contratada pelo próprio Gamaluz, para trabalharem como arrumadeiras e copeiras em um espaço na fazenda Mansão de Luz que hospedará pessoas para a realização periódica de retiros espirituais. Também está prevista a realização de outros cursos

profissionalizantes, tão logo sejam concluídas as obras de prédio específico na Fazenda.

Para o público jovem que frequenta a Instituição, está prevista a realização de cursos e oficinas, para formação profissional em ofícios como panificação e confeitaria; marcenaria; tecelagem; serviços pessoais (manicure, cabeleireiro); e turismo (garçom, arrumadeira, cozinheiro). O início de tais ações depende da conclusão do prédio adequado, atualmente em fase inicial de construção. Quando as instalações estiverem prontas, serão oferecidas refeições aos alunos e, paralelamente, oficinas culturais para jovens e crianças, como musicalização, teatro e dança, que atualmente ocorrem apenas como atividades lúdicas e complementares à evangelização infantil, uma vez por mês.

Em terreno de sua propriedade situado à margem da rodovia MG-020, a menos de um quilômetro da Fazenda Mansão de Luz, o Gamaluz planeja construir entreposto comercial, para facilitar o escoamento da produção das oficinas de capacitação mão de obra e, eventualmente, dos trabalhos de profissionais que não tiverem outra forma de comercialização de seus produtos.

Apesar de reconhecer a importância do trabalho assistencial que presta no local, o Gamaluz sente necessidade de qualificar sua atuação, pois reconhece que a distribuição de alimentos não muda estruturalmente a situação social dos beneficiários. Desde o primeiro momento do trabalho assistencial – e já se vão quase dez anos – o Gamaluz tem por meta criar mecanismos emancipatórios para a comunidade onde atua. Entretanto, a falta de pessoal qualificado no seu quadro de voluntários e a permanente preocupação com as urgências do momento prendem a equipe coordenadora à gestão cotidiana de problemas e à busca de recursos materiais.

Quase intuitivamente, o Gamaluz alinha-se com YUNUS (2008: 68) quando este utiliza o conceito de “pessoas-bonsai”, ao comparar com as minúsculas árvores cultivadas em bandeja os indivíduos que não encontram, em seu meio, ambiente adequado para crescer:

Não há nada de errado com as sementes. O problema é que a sociedade nunca lhes deu uma boa base para crescer. Tudo que precisamos fazer para tirá-los da miséria é criar um ambiente favorável ao seu crescimento. Quando eles puderem soltar sua energia e criatividade, a pobreza desaparecerá muito depressa.

O Gamaluz também acredita, como YUNUS, que os programas sociais devem ir além da satisfação das necessidades fisiológicas ou do fornecimento de um trabalho, pois é preciso que tais iniciativas conduzam “ao nascimento da energia criativa da pessoa”. Sem descuidar dos adultos que procuram o Gamaluz muitas vezes sem qualquer expectativa quanto ao próprio futuro – este assunto será tratado mais detalhadamente na seção em que analisamos as entrevistas – o Gamaluz também defende que, para reduzir ou eliminar a pobreza, é preciso concentrar esforços “na próxima geração”, preparando-a, como diz Yunus, “para que se livre de todos os sinais e estigmas da pobreza”, e “instilar nela um senso de dignidade humana e de esperança no futuro”.

É por acreditar nisso que em todas as atividades que o Gamaluz realiza e pretende expandir são de cunho essencialmente educativo, no sentido mais amplo do termo: musicalização para crianças, montagem de peças teatrais com crianças e jovens, dinâmicas de autoconhecimento e palestras que levam à reflexão sobre as próprias potencialidades.

Ao tomar como base as atividades realizadas na fazenda Mansão de Luz para buscar enxergar a realidade daquela população a partir dos conceitos que Amartya Sen utiliza para discutir o desenvolvimento humano, procuramos, neste trabalho, percorrer um caminho que se inicia com um levantamento de dados sobre a região – o município de Jaboticatubas – e sobre os adultos que frequentam a Fazenda. Na Seção 3 procuramos apresentar o município, a economia da região e seus potenciais econômicos, bem como seus índices de vulnerabilidade. A Seção 3.1. mostra que essa região não encontrou até hoje uma vocação que defina economicamente o local, embora o turismo seja uma das áreas em expansão. A Seção 3.2. traz dados primários, coletados a partir de questionário – perfil socioeconômico, fontes de renda, níveis de escolaridade e de formação profissional – e de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, feitas aleatoriamente com cinco mulheres, com o objetivo de alcançar dimensões subjetivas e aspectos qualitativos não atingidos com a aplicação do questionário. Nas entrevistas buscou-se, por exemplo, entender quais são as expectativas daquela população, e assim refinar o conhecimento sobre a visão que ela tem sobre suas capacidades e oportunidades. O questionário e o roteiro da entrevista encontram-se como material anexo (Anexo 1).

Trabalhamos nesta pesquisa com uma população de 72 indivíduos, sendo 63 mulheres (87,5%) e 9 homens (12,5%), com idades que variam de 17 a 85 anos. Os questionários utilizados nesta pesquisa foram adaptados do material com o qual trabalha a comissão do Gamaluz responsável pela assistência. Algumas perguntas foram acrescentadas ou ampliadas, com o intuito de atender melhor às intenções específicas desta pesquisa. Ressalte-se que foram ouvidas 72 pessoas, nos meses de julho e agosto de 2010, e que existe a possibilidade de terem ficado de fora deste estudo indivíduos que não compareceram à Fazenda naqueles meses. Já as entrevistas foram realizadas no mês de outubro, e incluiu uma pessoa que não havia respondido ao questionário.

Na Seção 4, intitulada “Muito pouco a usufruir”, procuramos fazer a análise dos dados primários e secundários, relacionando-os com os conceitos de Amartya Sen que guiam este trabalho. E na Seção 5, “Há flores entre os pedregulhos”, voltamos a confrontar os conceitos de Amartya Sen com os dados analisados, a fim de apresentarmos a conclusão do trabalho.

3. RETRATO EM PRETO E BRANCO

Nesta seção apresentamos dados que, reunidos, se configuram como uma espécie de fotografia ou mosaico de imagens sobre o município de Jaboticatubas e os indivíduos que frequentam a fazenda Mansão de Luz. Situado no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e na microrregião de Sete Lagoas, Jaboticatubas possui extensão territorial de 1.124 quilômetros quadrados e tem cerca de 16 mil habitantes. Abrange Sede, São José do Almeida (distrito), São José da Serra, Boa Vista, São Sebastião do Campinho, Capão Grosso, Joana, Curralinho, Vargem Grande, Açude, Cardoso e Espada.

Ao norte, limita-se com Baldim, Santana do Riacho e Morro do Pilar; a leste, por Itambé do Mato Dentro e Itabira; ao sul, por Nova União, Taquaraçu de Minas e Santa Luzia; a oeste, por Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matosinhos. No período 2000-2007 seu crescimento anual foi de 2%. Em 2007, sua taxa de urbanização era de 60% e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,731. Em termos comparativos, o Brasil apresentava na época IDH de 0,813, e Minas Gerais 0,800.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que também em 2007 os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Territorial Rural (ITR) foram, respectivamente, de R\$ 6.136.319,63 e R\$ 18.290,30.

Devido à localização da Fazenda Mansão de Luz – a cinco quilômetros de São José do Almeida e a menos de um quilômetro da rodovia MG-020 –, o trabalho do Gamaluz abrange, mais especificamente, moradores desse distrito, que em 2000 contava com 4.250 habitantes, segundo o Censo do IBGE. A cidade está a 16 km da sede, com acesso por estrada de terra, por isso sofre grande influência de Lagoa Santa e de outras cidades cujo acesso se faz por rodovia pavimentada.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) revelam que o percentual de pessoas no município com 25 anos ou mais que têm menos de quatro anos de estudo é de 50,02%, enquanto 83,25% dessa mesma faixa etária têm menos de oito anos de estudo. Entre a população mais jovem – de 18 a 24 anos – 16,24% têm menos de quatro anos de estudo e 61,14% menos de oito anos de estudo. O problema pode ser sentido em todas as faixas etárias do município, que em 2000 possuía 29,11% dos adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola; 37,43% das crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar; e 16,49% de

peessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Outros dados sobre índices de vulnerabilidade do município podem ser encontrados na Tabela 1 e nos Anexos 2 e 3.

Tabela 1 - Índices de vulnerabilidade, Município de Jaboticatubas, MG, 2000

Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	4,03
Crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50	60,42%
Crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 37,75	22,2%
Pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas	18,78%
Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	16,49%
Pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	18,86%
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	50,02%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IPEA, PNUD, 2000.

3.1. NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO

Na sede municipal de Jaboticatubas há, segundo estatísticas do Cadastro Central de Empresas de 2008 do IBGE, 293 empresas atuantes de comércio e serviços, que ocupam 1.773 pessoas, das quais 1.354 são assalariadas, com uma média mensal de 2,2 salários mínimos. Como opções de trabalho na região, há pequena produção agrícola de arroz, feijão, milho, banana, café e laranja, produção de carvão vegetal e de lenha, além de criações de bois, porcos e galinhas.

Sendo uma área claramente classificável como “urbana”, no dizer de MONTE-MÓR (2009), e apesar de localizada em uma região com grande potencial turístico, Jaboticatubas e seu distrito São José do Almeida ressentem-se de iniciativas que ofereçam mais opções de trabalho e renda à sua população, sendo a região marcada pela escassez de empregos formais.

Além do circuito Estrada Real, revitalizado há alguns anos, a retomada do aeroporto de Confins e a presença da unidade de conservação Parque Nacional da Serra do Cipó fazem da região um ponto atrativo para o turismo. Nos mais de 100 mil hectares do Parque há matas, cavernas, rios, cachoeiras e importantes sítios arqueológicos. O lobo guará é uma das espécies animais mais conhecidas do

parque, que também se tornou ambiente procurado para a prática de esportes de aventura.

Ao estudar o turismo rural na área central de Minas Gerais, LOUSADA (2007: 168) informa que a maior parte da concentração turística desta oferta está localizada nos municípios com população rural menor que 40%. Em Jaboticatubas, porém, a concentração da oferta turística não se dá em função de sua vocação rural, mas é

(...) condicionada pelo Parque Nacional Serra do Cipó e, em geral, está voltada para a oferta de serviços básicos de alimentação e hospedagem. Levando em consideração o contexto geral de tais colocações, é possível apontar, num primeiro momento, a desvinculação da ocorrência da oferta de Turismo Rural em função da cultura rural, de base local ou regional, nesta área.

Apesar do potencial turístico da região, não há entre a população local iniciativas nem tradição de produção de produtos artesanais. O grande fluxo de turistas em direção aos hotéis e pousadas da Serra do Cipó é explorado apenas pelos restaurantes, pousadas e hotéis-fazenda instalados ao longo da estrada. Outro potencial econômico da região provém dos recentes investimentos públicos e privados feitos no Vetor Norte da RMBH, que incluem complexos industriais voltados sobretudo para o setor de transporte aéreo, e a implantação da Cidade Administrativa, que tem atraído para a região novos empreendimentos em uma ampla gama da economia, desde a construção de condomínios residenciais, hotéis e restaurantes, ao comércio e à indústria.

3.2. APROXIMANDO O OLHAR

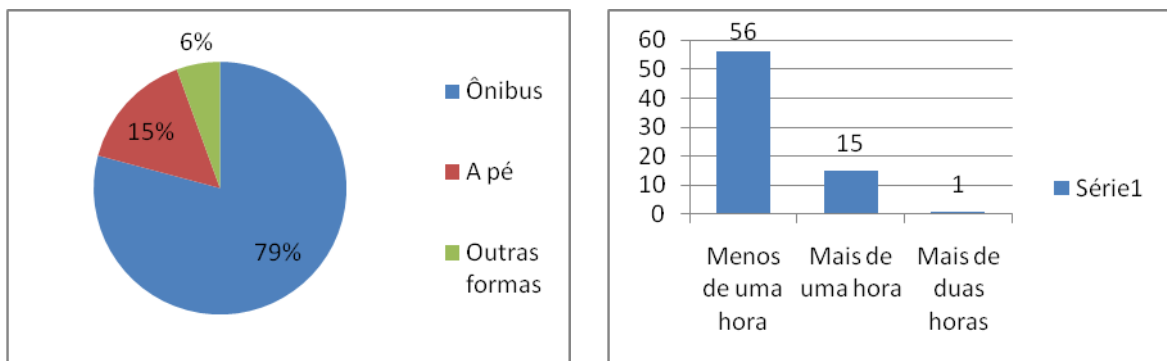
O questionário do qual resultaram os dados primários utilizados neste estudo conta com uma série de questões que incluem dados pessoais do respondente, perfil socioeconômico, condições de moradia e da assistência recebida no Gamaluz. Apresentamos, em sequência, informações sobre tempo e formas de deslocamento até a fazenda Mansão de Luz, entrega de cestas básicas, assistência à saúde, escolaridade, situação ocupacional, lista cursos profissionalizantes que a Instituição planeja oferecer e cursos solicitados pelos respondentes, além do número de dependentes e fontes de renda declaradas pelos respondentes.

3.2.1. DESLOCAMENTO

A maioria dos assistidos faz longas caminhadas ou paga passagem em ônibus que estabeleceu rota específica para levar e buscar os frequentadores do Gamaluz no dia em que ocorrem as atividades. Dos 72 indivíduos que responderam ao questionário, 57 (79,17%) disseram que chegam de ônibus à Fazenda, enquanto 11 (15,28%) vão a pé. As outras quatro pessoas (5,56%) chegam de outra forma (bicicleta, moto ou carro). Importa ressaltar que o questionário não foi aplicado entre as dezenas de crianças e adolescentes que são levados ao Gamaluz pelos adultos.

Com relação ao tempo de deslocamento, 56 pessoas (77,78%) gastam menos de uma hora para chegar à Fazenda e 15 (20,83%) mais de uma hora no trajeto. Uma pessoa (1,39%) informou que gasta mais de duas horas para fazer o percurso de casa até a Fazenda.

Gráficos 7 e 8 – Formas e tempo de deslocamento até a Fazenda Mansão de Luz, Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010

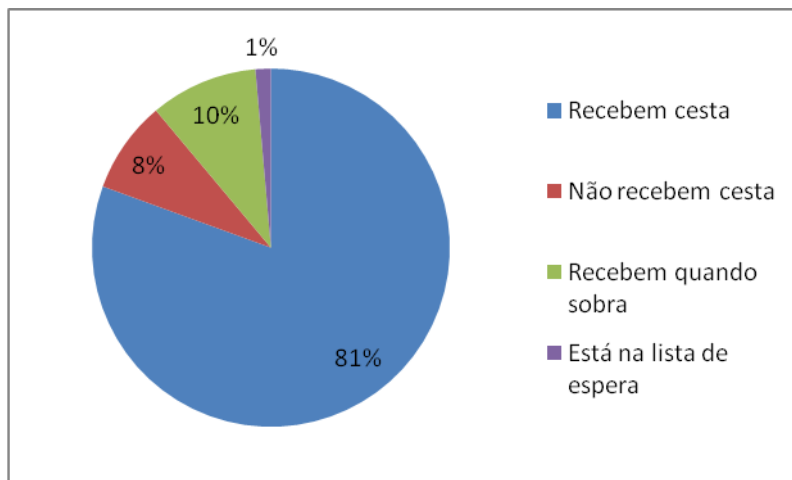


Fonte: Gamaluz, 2010

3.2.2. CESTA BÁSICA

Das 72 pessoas desta população, 58 recebem mensalmente cesta básica de alimentos no Gamaluz; 6 não recebem; 7 recebem quando sobra cesta e uma está na lista de espera. Dos que recebem cesta – incluindo aqueles que recebem eventualmente – 45 têm o benefício há mais de um ano e 18 há menos de um ano.

Gráfico 3 – Distribuição das pessoas que recebem cesta básica no Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010

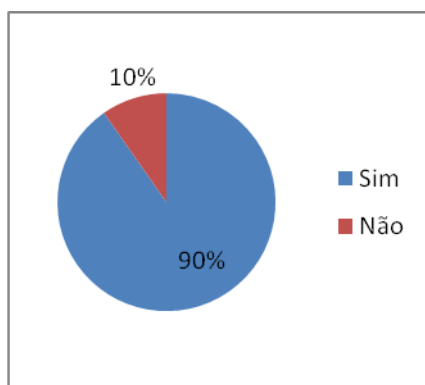


Fonte: Gamaluz, 2010

3.2.3. TRATAMENTO DE SAÚDE

Entre a população estudada, 65 pessoas (90,28%) recebem tratamento de saúde no Gamaluz, o que inclui consulta médica e doação de medicamentos. Comparando os dados sobre distribuição de cesta básica e tratamento de saúde, percebe-se que este segundo item abrange um número maior de indivíduos, já que, ao contrário do número de cestas, não há limite no número de fichas de inscrição para a consulta médica.

Gráfico 4 – Tratamento de saúde no Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010

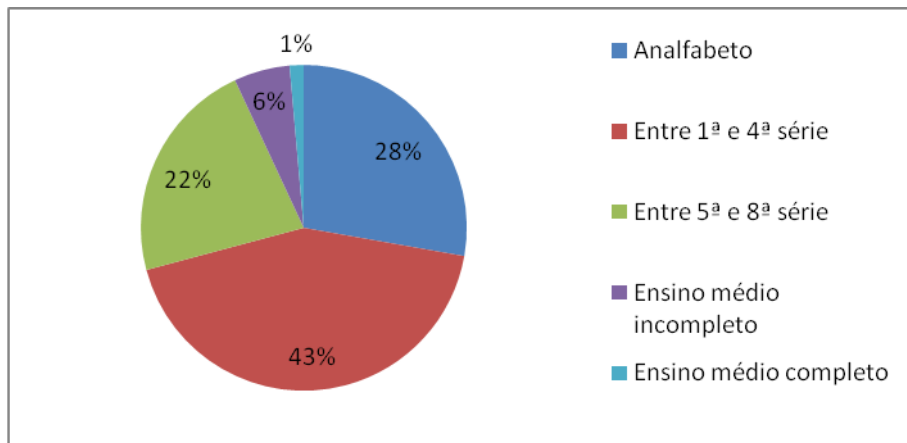


Fonte: Gamaluz, 2010

3.2.4. ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL

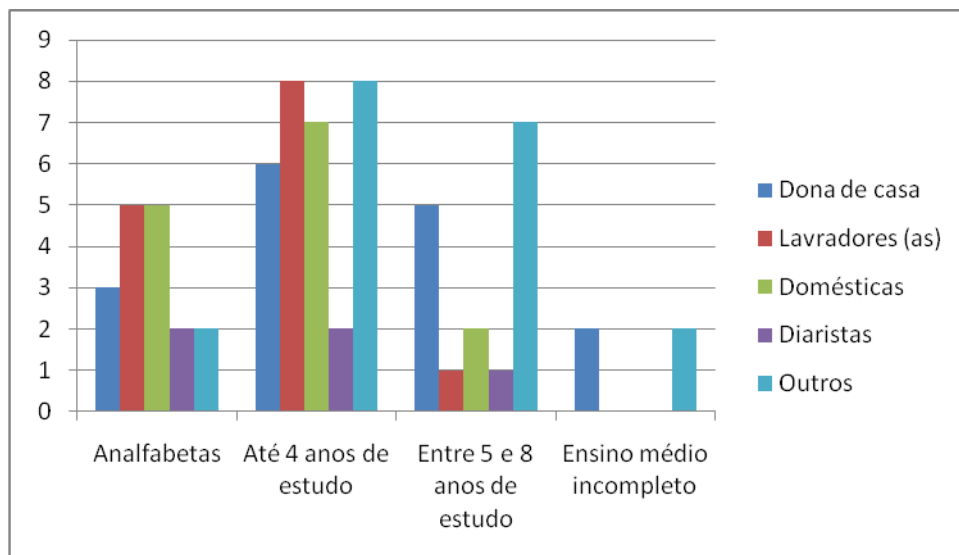
Na população estudada, 20 pessoas (27,78%) declararam-se analfabetas; 31 (43,06%) têm até 4 anos de estudo; 16 (22,22%) entre 5 e 8 anos de escolaridade; 4 (5,56%) têm ensino médio incompleto e 1 (1,39%) ensino médio completo.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade, público assistido pelo Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010



Fonte: Gamaluz, 2010

Gráfico 2 - Situação ocupacional e nível de escolaridade - Público assistido pelo Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010



Fonte: Gamaluz, 2010

Entre os 72 respondentes, 16 (22,2%) são donas de casa e entre essas 3 (18,8%) são analfabetas, 6 (37,5%) têm até 4 anos de estudo, 5 (31,3%) têm entre 5

e 8 anos de estudo e 2 (12,5%) completaram o ensino médio; 15 (20,83%) são lavradores ou lavradoras e desse total 5 (33,3%) são analfabetos, 8 (53,3%) têm até 4 anos de estudo; e 1 (6,7%) entre 5 e 8 anos de estudo; 14 (19,4%) são domésticas. Destas, 5 (35,7%) são analfabetas, 7 (50,0%) têm até 4 anos de estudo e 2 (14,3%) entre 5 e 8 anos de escolaridade; 5 (6,9%) são diaristas. Destas, 2 (40,0%) são analfabetas, 2 (40,0%) têm até 4 anos de escolaridade e 1 (20,0%) de 5 a 8 anos de estudo. Como é possível perceber, não há, nas categorias lavrador(a), doméstica e diarista, nenhum caso de escolaridade superior a oito anos de estudo. E a maior concentração de casos está na variável “até 4 anos de estudo”.

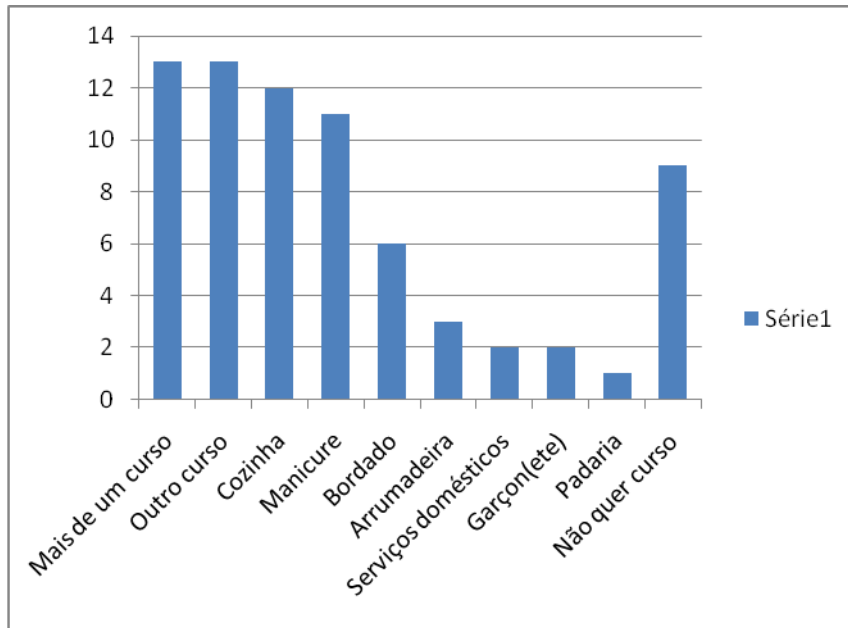
Outras profissões foram citadas, mas todas com baixa representatividade nesta população (um ou dois casos). São elas: faxineira, garçõete, lavadeira, cozinheira, servente, babá, balconista, carpinteiro, manicure, serviços gerais. Cinco pessoas não responderam à pergunta sobre ocupação e uma não soube responder qual a sua profissão.

3.2.5. CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Com relação aos cursos que o Gamaluz pretende oferecer – serviços domésticos, cozinha/culinária, garçon(ete), manicure, bordado, arrumadeira, padaria –, os respondentes que manifestaram desejo de fazer cursos profissionalizantes indicaram as seguintes escolhas: 13 pessoas (18,06% do total da população estudada) escolheriam um ou mais cursos diferentes, ou seja, que não estavam entre as opções oferecidas pela Instituição. Nesse caso, foram citados cursos de cabeleireira, doceira, babá, jardineiro, costureira, técnico em enfermagem, lavadeira, cuidador de idosos, informática, pedreiro e professor.

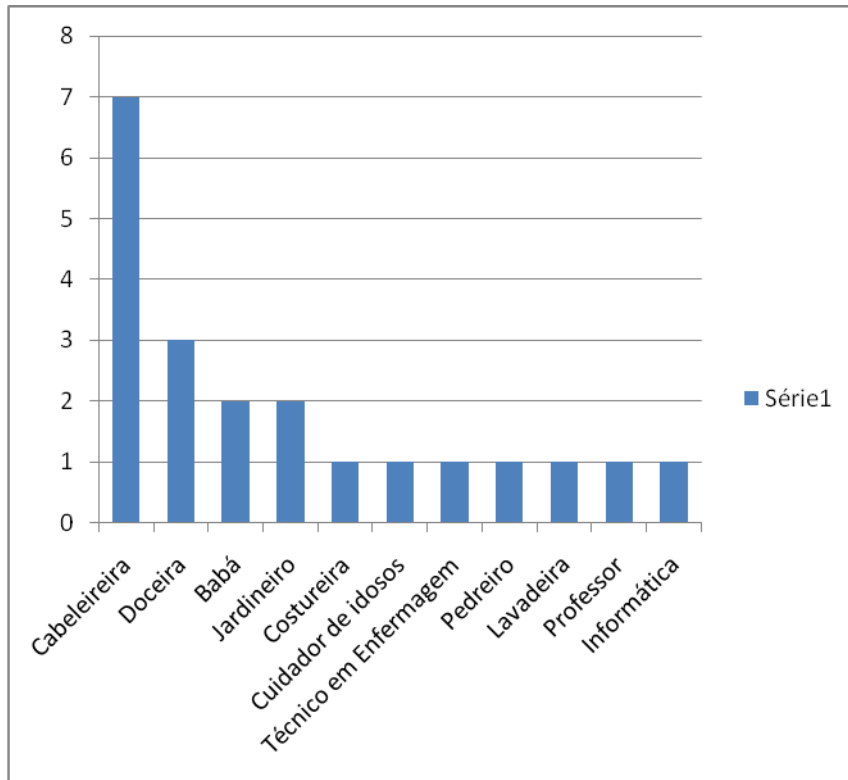
Outras 13 pessoas disseram que gostariam de fazer mais de um dos cursos oferecidos, 12 optariam pelo curso de culinária, 11 pelo de manicure, seis pelo de bordado, três escolheriam o curso de arrumadeira, duas o de serviços gerais e duas o de garçõete. Houve uma opção pelo curso de padaria. Por fim, nove pessoas disseram não desejar participar de curso profissionalizante.

Gráfico 5 – Opções pelos cursos profissionalizantes a serem oferecidos pelo Gamaluz - Jaboticatubas, MG, 2010



Fonte: Gamaluz, 2010

Gráfico 6 – Cursos profissionalizantes solicitados - Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010

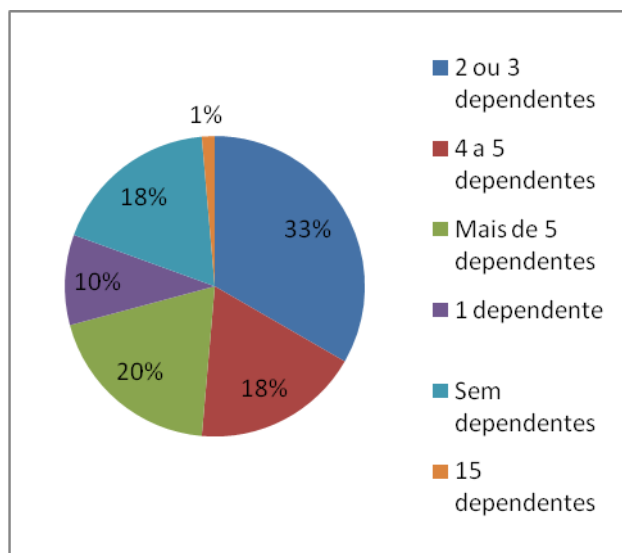


Fonte: Gamaluz, 2010

3.2.6. DEPENDENTES

Neste item da pesquisa, 24 (33,33%) dos 72 indivíduos disseram que são responsáveis pelo sustento de duas ou três pessoas; 14 (19,44%) têm mais de 5 dependentes; 13 (18,06%) têm de 4 a 5 dependentes; 7 (9,72%) têm um dependente; e uma pessoa (1,39%) tem 15 dependentes – filhos e netos. Nove pessoas (12,50%) não responderam à questão e em 4 casos (5,56%) a pergunta não se aplica.

Gráfico 9 – Número de dependentes por pessoa, Gamaluz, Jaboticatubas, MG, 2010



Fonte: Gamaluz, 2010

3.2.7. RENDA

Nos itens referentes a rendimento – que incluem uma questão sobre salário e outra sobre bolsa, pensão ou aposentadoria – o questionário apresenta grandes lacunas. Das 72 pessoas, 56 (77,78%) não responderam à pergunta sobre salário e 35 (48,61%) à pergunta sobre bolsa/aposentadoria.

Entre os que responderam, foram indicados valores imprecisos, como o preço pago na região por um dia de serviço, seguido da informação de que o rendimento é bastante variável, dependendo de a pessoa conseguir algum trabalho, seja como

diarista em serviços domésticos ou em roças e fazendas. Apenas duas pessoas (2,78%) declararam receber um salário mínimo.

De modo geral, percebe-se valores maiores recebidos no item bolsa/aposentadoria, com 7 pessoas (9,72%) tendo declarado que recebem um salário mínimo e 30 (41,7%) pessoas tendo declarado que recebem valores que vão de R\$ 30,00 a R\$ 560,00.

3.2.8. MORADIA

Das 72 pessoas ouvidas, 62 (84,72%) moram em casas de alvenaria, embora haja também quem more em casas de madeira, pau a pique e lona. A cobertura é majoritariamente de amianto (43 casas ou 59,72%). Há 13 casas (18,06%) cobertas apenas com laje; 12 (16,67%) com telhado de cerâmica; 1 (1,39%) com palha e 1 (1,39%) com lona.

Das 72 casas, 45 (62,50%) têm de 3 a 5 cômodos; 15 (20,83%) entre 6 e 10 cômodos; 7 (9,72%) 2 cômodos e 4 (5,56%) apenas um cômodo. Em 47 (65,28%) das casas residem até 5 pessoas; em 19 (26,39%) de 6 a 10 pessoas; em 3 (4,17%) de 11 a 15 moradores e em uma casa (1,39%) uma pessoa. Duas pessoas não responderam à questão.

3.3. ENTREVISTAS

Entre os indivíduos que compareceram às atividades realizadas na fazenda Mansão de Luz no primeiro domingo de outubro de 2010, foram ouvidas cinco mulheres: Cidarlete, 28 anos; Elci, 44; Alessandra, 15; Matilde, 53 e Maria Erécia, 65 anos. A primeira cursou até a 3ª série, Elci tem dois anos de escolaridade, Alessandra faz a 8ª série, Matilde permaneceu na escola por apenas um ano e, embora não saiba escrever, diz que sabe ler. Maria Erécia é analfabeta.

A intenção da entrevista foi detectar suas expectativas, percepções sobre a própria vida e de sua família, sobre o lugar em que vivem e o que desejam para si mesmas e seus filhos, netos ou irmãos.

Percebe-se pelas respostas que todas desejariam mudar algo na própria vida, mas nem todas conseguem verbalizar o que sentem. As que conseguem se expressar melhor falam em conseguir emprego, ter oportunidade de estudo e de trabalho, melhorar a saúde dos filhos e reduzir a precariedade das próprias

condições de moradia. Algumas não conseguem demonstrar qualquer expectativa quanto ao próprio futuro.

A única que identifica trabalho com profissão é Alessandra, que ainda sonha em se tornar “advogada ou juíza”, mas que se rende à realidade e admite duas outras hipóteses: fazer um estágio no escritório de ciências contábeis da prima, em Sete Lagoas, ou permanecer onde mora e tornar-se cabeleireira.

“Pretendo fazer o segundo grau. Eu queria ser advogada ou juíza... mas é muito difícil por aqui... a gente pode ter vontade de fazer muita coisa, mas não tem como... Mas eu gosto de arrumar cabelo, eu trabalho nisso. Eu também tenho vontade de formar assim na profissão, de ser cabeleireira... Eu gosto... porque aqui é o único jeito que a gente pode ganhar dinheiro.”

Caso consiga prosseguir nos estudos, Alessandra será um dos 20,33% adolescentes de 15 a 17 anos de Jaboticatubas (dados de 2000) com acesso ao segundo grau. Se vencer mais essa etapa e conseguir passar no vestibular, entrará para o grupo de apenas 1,43% de pessoas de 18 a 24 anos no município com acesso ao curso superior (dados de 2000).

Diferentemente de Alessandra, para as outras entrevistadas a palavra “profissão” não parece ter significado claro – o que eles identificam como necessário é o trabalho. O depoimento de Cidarlete mostra isso:

“Pra trabalho eu não olho esses trem... eu só não gosto muito é de trabalhar para casa de família, cozinhar, porque às vezes a gente faz um arroz meio amigo... agora o resto eu topo de tudo. Se tivesse um trabalho para trabalhar todo dia seria ótimo.”

Já Elci – talvez pelo fato de cuidar de 15 crianças entre filhos e netos – não parece se incomodar com o trabalho esporádico:

“Eles recebe a bolsa escola deles, e eu trabalho... tem vez que eu trabalho quatro dias na semana. Eles pagam faxina 40 reais e na fábrica de doce pagam 22. Trabalhei 4 dias lá na fábrica e recebi 100 reais, porque teve hora extra.”

Os únicos trabalhos que Maria Erécia, conheceu foram como doméstica ou como lavradora:

“Eu toda vida mexi assim, sabe? Em Belo Horizonte em comecei a trabaia em casa de família. Aí depois eu casei. Aqui, às vezes eu mexo com a chácara lá em cima, agora eu já tô até querendo sair da chácara, que eu não tô aguentando... tô com muita dor na coluna. Agora eu vô ver se consigo arrumar aposentadoria.”

Questionadas sobre o próprio futuro e o de sua família e se gostaria que seus filhos e netos fossem morar em outro local, Cidarlete disse que sairia em busca de oportunidades para os filhos, mas de antemão comentou que “ia ser bem difícil” encontrar tal lugar, o que demonstra que não se trata de um sonho que ela alimente, mas de uma hipótese. Alessandra pensa em mudar-se para Sete Lagoas, onde viveria com a tia e a prima, mas sabe que não é algo simples. Mesmo assim, ainda sonha com a possibilidade de avançar nos estudos e ter uma profissão:

“Eu gosto daqui, porque é calmo, mas eu tenho vontade de ir lá, para Sete Lagoas, onde minha madrinha e meus tios moram, para estudar melhor, ter minha profissão certinha, vir aqui quando for preciso, passar um tempo aqui, quem sabe até morar, mas eu gosto mais de seguir nos estudos. Primeiro estudar.”

Elci fala do medo que sente das cidades, mas em seguida, quando perguntada sobre o futuro dos filhos, sugere que talvez fosse melhor eles irem “para fora”. Matilde já vivencia a iminência de ver a neta, de 14 anos, ir embora – para Lagoa Santa – em busca de novas oportunidades de estudo e trabalho. Já Maria Erécia fez o caminho inverso: desde a infância morou em Belo Horizonte, trabalhando como empregada doméstica, e não identifica a cidade grande com novas oportunidades:

“A gente morava em Venda Nova, em Belo Horizonte. Mas a gente não dava conta de pagar aluguel, aí Deus abençoou que a gente conseguiu comprar um lote mais barato aqui no Almeida. Aí a gente lutou, lutou, lutou, até que conseguiu fazer um cômodo.”

Diante da pergunta “Você acha que seus filhos têm mais oportunidades na vida do que você teve?”, Cidarlete respondeu afirmativamente, mas sem detalhes. Elci não soube responder. Matilde imediatamente identificou itens que se referem à escola e que, em sua opinião, demonstram essa ampliação de oportunidades, disponíveis às novas gerações, em comparação com o tempo em que ela era criança/jovem: merenda e transporte escolar, além da disponibilidade de cadernos e aulas de reforço. A pergunta não foi feita a Alessandra, por ser muito jovem e não ter filhos, nem a Maria Erécia, cujo filho único tem problemas mentais.

O roteiro da entrevista em profundidade e o quadro com as respostas encontra-se no Anexo 1.

4. MUITO POUCO A USUFRUIR

Os dados secundários sobre o município de Jaboticatubas revelam altos índices de vulnerabilidade que não surpreendem, se confrontados com o que historicamente se sabe sobre o Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde há grande concentração de pobreza. As informações obtidas por meio dos questionários e entrevistas só reforçam – e tiram da impessoalidade – os dados estatísticos sobre analfabetismo, desemprego, falta de perspectivas profissionais e de vida.

O que impressiona naquela realidade é a constatação de que uma série de empreendimentos previstos e outros já em implementação pode mudar toda a configuração local, transformando o lugar em região “próspera” e industrializada, sem que isso altere as condições de vida dessa parcela da população sem formação adequada sequer para perceber as mudanças em curso.

MONTE-MÓR (2010) afirma que “a localização desses equipamentos públicos vem tendo forte impacto na região e ainda não é possível avaliar sua magnitude e natureza”. Ao observar a realidade do município tomando como guia os conceitos de Amartya Sen, somos levados a refletir sobre as formas possíveis ou mais adequadas para proporcionar oportunidades a essas “populações marginalizadas, pobres e mal instruídas”, que de antemão estão excluídas das “aspirações de integração globalizada dos setores modernos da sociedade contemporânea” (MONTE-MÓR, 2010).

4.1. NECESSIDADES

Ao nos referirmos às necessidades (no sentido dado por Amartya Sen a este termo) da população em foco, não podemos enxergar apenas sua insuficiência de renda, mas um conjunto de características pessoais e de outras circunstâncias que impedem esses indivíduos de desenvolver capacidades que lhes dêem condições de fazer escolhas genuínas e, desse modo, buscar autonomamente as oportunidades que considerem adequadas. Porque, como sugere Amartya Sen, tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas, é dispor de condições e de um conjunto de habilidades que permitam obter a satisfação de tais necessidades e escolher livremente o modo de vida de sua preferência. O caso de Alessandra (Seção 3.3, “Entrevistas”) ilustra bem esse descompasso entre o que o indivíduo

pode considerar necessário para sua vida e as oportunidades que se apresentam para ele na região. Fazer um curso superior não é, naquela realidade, uma possibilidade provável para esta jovem que aos 15 anos está cursando a 8ª série e deseja fazer o ensino médio. Tanto que o percentual de pessoas de 15 anos ou mais no município com menos de quatro anos de estudo, em 2000, era de 39,94% (ATLAS: 2000). Lucidamente, Alessandra adapta seus sonhos à realidade e admite a possibilidade mais realista de se tornar cabeleireira.

Como se viu no Gráfico 2, quando se investiga o nível de escolaridade da população que frequenta o Gamaluz, a maior concentração de casos está na variável “até 4 anos de estudo”. Pode-se argumentar que a população assistida pela Instituição concentra, por razões naturais, altos índices de vulnerabilidade. Contudo, dados de 2000 (ATLAS, 2000) revelam que o percentual de pessoas no município com 25 anos ou mais que têm menos de quatro anos de estudo é de 50,02%, enquanto 83,25% dessa mesma faixa etária têm menos de oito anos de estudo. CIRENO e NEVES (2007: 335), ao investigar a relação entre educação e trabalho no Brasil na década de 1990, afirmam que:

A conclusão do Ensino Fundamental (ou seja, o oitavo ano de escolaridade) passa a ser uma credencial com efeito mais forte e visível em 1998 do que era em 1988. Ao mesmo tempo, a conclusão do primeiro ciclo deste nível de ensino (do quarto ano) parece perder importância. Ou seja, o mercado passa a reconhecer como credencial o Ensino Fundamental completo e a remunerar de forma diferente os indivíduos com este grau de escolaridade, ao passo que a conclusão da primeira metade deste nível de ensino perde importância. Vale a pena ressaltar, também, que os dados de 1998 mostram um diferencial de rendimento do trabalho bem menor entre os que concluíram o Ensino Fundamental e os que concluíram o Ensino Médio do que em 1988.

Os dados colhidos junto aos frequentadores do Gamaluz confirmam a relação entre baixa escolaridade e acesso a ocupações mal remuneradas ou informais no mercado de trabalho. Na entrevista, Cidarlete, que cursou até a terceira série, comenta sobre a escassez de oportunidades de trabalho na região, para quem tem baixa escolaridade:

“É muito difícil [conseguir trabalho], inda mais que a gente não é bem estudada... Na cidade tem loja, supermercado, mas sempre dá para aquelas pessoas mais estudadas...”

Como afirma MONTE-MÓR (2010: 253) ao citar Milton Santos – que em 1979 tratara dos “dois circuitos” da economia urbana em países subdesenvolvidos –, é necessário fortalecer o “circuito inferior” dessa economia, que hoje pode ser entendida como “economia popular e solidária”, a exemplo dos

(...) shoppings de camelôs, os espaços de festas e lazer populares, as cooperativas e associações de pequenos produtores, o resgate das culturas esquecidas de quilombolas e pequenos agricultores de subsistência; enfim, as múltiplas (novas-antigas) práticas locais das populações marginalizadas, pobres e mal instruídas.

Ou seja, é fundamental que haja investimento em setores da economia capazes de incorporar essa “população local pobre, de baixa qualificação, de frágil organização sociopolítica e carente de apoio para seu desenvolvimento” (MONTE-MÓR, 2010: 251). Isso inclui a oferta de condições efetivas para uma boa formação escolar e de capacitação profissional adequada, uma vez que sem qualificação para ocupar os postos de trabalhos que serão abertos em empreendimentos que envolvem uso intenso de tecnologia, muito pouco essa população local irá usufruir do novo contexto.

Com os crescentes empreendimentos voltados também para o potencial turístico da região – sobretudo pousadas e restaurantes – algumas das frequentadoras da Fazenda eventualmente são contratadas para trabalhar como garçonetes e arrumadeiras, mas não há iniciativas públicas para capacitação dessas pessoas, de modo a torná-las mais aptas para a inserção formal nesse mercado. Atentos a tal realidade, procuramos comparar as opções de cursos que o Gamaluz pretende oferecer e as demandas espontâneas dos assistidos. A intenção foi procurar perceber até que ponto a iniciativa do Gamaluz atende a demandas da população que o procura, além de observar se tais demandas estão em sintonia com as possibilidades de trabalho existentes na região.

Enquanto a Instituição planeja oferecer capacitação em serviços domésticos, cozinha/culinária, garçon(ete), manicure, bordado, arrumadeira e padaria, alguns dos respondentes demonstraram o desejo de receber formação em áreas similares, por meio de cursos de cabeleireiro(a) e doceiro(a), e em outros que talvez apontem para possíveis demandas do escasso mercado de trabalho local, como babá, cuidador de idosos, jardineiro, pedreiro, costureira e lavadeira.

Três pessoas pediram cursos que seguem outro padrão: técnico em enfermagem, informática e até “professor”. Não por acaso, tais opções foram apresentadas por mulheres jovens, de 18 a 26 anos, que têm de 6 a 8 anos de escolaridade. A mais nova parou de estudar por não ter com quem deixar o filho, o que remete à ausência de uma estrutura pública de pré-escola que funcione como apoio às mães, para que estas continuem os estudos.

Embora a região não apresente vocação para o artesanato, é também proposta do Gamaluz oferecer cursos de bordado, tecelagem e trabalhos manuais que envolvam produtos do cerrado. Contudo, nesse ambiente intermediário entre cidade e campo, um fator agrava as dificuldades de acesso a cursos profissionalizantes: o deslocamento. Se atualmente o transporte escolar público já é uma realidade para as séries regulares, nem sempre é viável oferecer formação profissional, devido à distância entre as casas dos beneficiários e destas para a sede do distrito ou para a fazenda Mansão de Luz. A dificuldade de locomoção também reduz a possibilidade de conseguir trabalho, como comenta Matilde, na entrevista: “No Almeida, às vezes aparece uma faxina, mas pega quem já está lá mais perto”.

Os dados apresentados neste trabalho mostram o baixo nível de escolaridade da população avaliada, o que, por si, já limita as oportunidades desses indivíduos. Além disso, ao confrontar os conceitos de Amartya Sen com os dados dos questionários e entrevistas, percebe-se que não há sintonia entre o que a população em foco entende como suas necessidades e as possibilidades que começam a surgir do novo padrão de desenvolvimento que vem se instalando na região.

Falta a esses indivíduos inclusive informação sobre o tipo de empreendimento que vem sendo feito no Vetor Norte. Tais informações lhes dariam elementos para que pudessem reavaliar, por exemplo, sua necessidade de formação e de capacitação profissional. Por não terem capacidade de entender a nova realidade que se desenha ao seu redor, tais indivíduos parecem querer menos do que se poderia esperar – vide listagem de cursos solicitados no questionário – e suas expectativas estão limitadas a um horizonte muito restrito. Percebe-se, aqui, uma dimensão mais abstrata do conceito de necessidades, que se revela como falta de capacidade – ou de habilidades e talentos – para avaliar e usar os recursos que a realidade oferece. Como lembra MENDES (2001: 13), “ser carente de habilidades e talentos consiste numa limitação da liberdade de ter e de fazer escolhas”.

Além disso, quando se relembra que, segundo Amartya Sen, as necessidades remetem à questão do que se pode fazer pelas pessoas, percebe-se que os indivíduos que frequentam a Mansão de Luz ainda dependem fortemente da caridade, conceito ultrapassado para uma sociedade com os níveis de desenvolvimento da brasileira, mas que ainda é realidade para grande contingente de pessoas assistidas por instituições filantrópicas desse país. Presos em uma espécie de círculo vicioso, no qual a falta de informação limita suas escolhas e a falta de oportunidades limita seu crescimento, esses indivíduos demonstram sentimento de impotência para assumir uma perspectiva de liberdade positiva, ou seja, do que eles podem fazer por si mesmos para viver do modo que lhes convém (capacidades).

4.2. AGENTE DO PRÓPRIO DESTINO?

Para moldar o próprio destino o indivíduo precisa, como afirma Amartya Sen, usufruir de liberdade, o que “melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas [capacidades] e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”. Trata-se, aqui, segundo Sen, “da condição de agente do indivíduo” – e ele esclarece que utiliza o termo “agente” na sua acepção “mais antiga e mais grandiosa”, ou seja, “de alguém que age e ocasiona mudança”. A liberdade a que se refere Sen é a ausência de fatores que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão, como a falta de condições adequadas de educação, saúde e trabalho.

Como destaca PASTORINO (1964), “a cada aumento do recipiente corresponde um pouco mais de conteúdo”, ou seja, quanto maior a capacidade do indivíduo, mais ele consegue captar daquilo que a realidade tem para oferecer. O que nos conduz de volta a YUNUS (2008), que ressalta a importância de um ambiente externo que ofereça condições adequadas para que as pessoas cresçam, caso contrário, o desenvolvimento de suas capacidades latentes fica prejudicado.

Os atuais investimentos previstos ou em andamento na região propõem a instalação de rodovias, complexos industriais, serviços avançados, “enfim, toda uma estrutura socioespacial, institucional e econômica de modernização intensiva”, como descreve MONTE-MÓR (2010). Cabe ressaltar que tais investimentos, sejam públicos ou privados, podem passar ao largo, sem influenciar a vida dessas

comunidades ou – mais grave ainda – contribuindo para ampliar os níveis de exclusão e pobreza. Somados a esses investimentos seletivos, isto é, voltados para mão de obra altamente especializada, crescem na região os condomínios de alta renda, o que tende a resultar na redução das áreas cultiváveis para os pequenos agricultores de subsistência e no aumento do custo de vida.

Relembramos que o desenvolvimento humano, como informa DRAIBE (2005), deve ser medido sobretudo pelas oportunidades que oferece à população para que esta possa realizar escolhas e exercer a cidadania, e apóia-se em quatro pilares, entre os quais o aumento da participação das pessoas no processo produtivo e a ampliação e garantia de igualdade de oportunidades para todos os setores e grupos humanos. Certamente não é este o cenário que se observa na população em foco, mergulhada na condição de pobreza – vista por Sen como o resultado de um “acoplamento de desvantagens” que reduzem o potencial humano e priva-o de suas capacidades.

Segundo Sen, (2000: 113) “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”, embora a oferta desses serviços, por si, não seja a solução para combater esse “acoplamento de desvantagens”.

Todo o quadro entrevisto neste trabalho leva a crer que sem uma decisão política intencional e urgente voltada para impulsionar as capacidades nesses indivíduos, a tendência é a de reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão. Resta saber de que modo podem se configurar tais intervenções a fim de que elas alcancem o resultado esperado, o que nos remete à questão inicial deste trabalho, isto é, em que medida o atendimento às necessidades pode impulsionar o desenvolvimento das capacidades? Um dos caminhos adotados para obter respostas a tal questão foi a análise das iniciativas do Gamaluz, procurando entender se elas exercem algum papel da superação do “acoplamento de desvantagens” de populações que vivem nas condições aqui indicadas.

5. HÁ FLORES ENTRE OS PEDREGULHOS

Assim como a paisagem de especial beleza do Cerrado pede olhos capazes de enxergar as minúsculas e coloridas flores que se escondem entre os pedregulhos e ao lado de caules retorcidos, a realidade de um município como Jaboticatubas é múltipla, e suas diversas “camadas” só aparecem diante de um olhar atento.

Em suas variadas faces, a região pode ser definida simultaneamente como uma boa rota para ecoturismo; local para descanso e relaxamento em suas variadas opções de hotéis e pousadas; área econômica em expansão; ou ainda como local de alta concentração da pobreza.

De todas essas realidades, a última guiou nosso olhar ao longo deste trabalho. Nesse percurso, fomos levados a analisar as iniciativas do Gamaluz, instituição que tem procurado entender se há caminhos possíveis para impulsionar o desenvolvimento humano em uma comunidade composta por indivíduos que podem ser definidos, com Yunus, como “pessoas-bonsai”. Pessoas que não encontram, no meio onde estão “plantadas”, os ingredientes adequados para fazerem aflorar todo o seu potencial, e por isso quase não crescem. Pessoas que sequer enxergam oportunidades, pois têm necessidades primárias que as impedem de olhar mais longe. Pessoas cujas capacidades estão embaçadas, escondidas até delas próprias. Assim, o Gamaluz aparece, em tal contexto, não apenas como um dos atores aptos a somar esforços na luta pelo desenvolvimento das capacidades dessa população, mas também como uma experiência concreta que oferece elementos para avaliarmos a questão inicial deste trabalho, ou seja, a relação entre o atendimento das necessidades e o desenvolvimento das capacidades.

A análise da realidade dessa população demonstra que se trata de indivíduos extremamente dependentes de ações assistenciais (caridade), sem qualificação profissional, com baixos índices de escolaridade e incapazes de moldar o próprio destino, uma vez que não dispõem nem mesmo de informações sobre as mudanças em curso na região onde vivem. Percebe-se claramente que o ambiente externo não é favorável ao seu crescimento (YUNUS, 2008: 68), pois a implantação de empresas e indústrias, bem como a melhoria nas rodovias não mudam estruturalmente a vida dessas pessoas, que parecem invisíveis nas definições públicas e privadas que desenham as novas configurações locais. Concluímos, portanto, que esse grupo populacional é incapaz de mudar as próprias condições de vida, caso não possa

contar com elementos externos que impulsionem o desabrochar de suas capacidades.

Quanto à pergunta sobre a relação do atendimento às necessidades e o desenvolvimento das capacidades, podemos retomar os argumentos de Draibe (2005) e afirmar que as ações da Instituição voltadas ao atendimento das necessidades (distribuição de alimentos e tratamento de saúde) focalizam “muito pouco nos recursos, nos êxitos já alcançados, nas oportunidades e nas potencialidades” dessas pessoas, pois se concentram na redução de “lacunas e ausências”.

Contudo, acreditamos que o atendimento às prementes necessidades liberta os indivíduos de privações como a escassez de alimentos, configurando-se, assim, como um começo necessário para eliminar situações que os impedem de dar passos maiores na vida. Não devemos esquecer que para Sen, alimentar-se adequadamente é uma das efetivações (*functionings*) elementares, que se complementam com outras, mais complexas, e que definem o desenvolvimento humano. Por isso, acreditamos que quaisquer medidas adotadas, mesmo as de tom assistencialista, aqui definidas como caridade, cumprem importante papel em determinado momento, pois ajudam a libertar os indivíduos de privações que limitam suas escolhas e possibilidades.

Nesse sentido, as atividades do Gamaluz voltadas ao atendimento das necessidades guarda semelhança com as políticas de transferências de renda, cujo mais recente e satisfatório exemplo no país é o Programa Bolsa Família, do Governo Federal. É necessário, contudo, que junto com tais iniciativas haja mecanismos conhecidos como “portas de saída”, isto é, capazes de impulsionar, nos indivíduos beneficiados, formas de superar a dependência. Ou seja, é necessário ir além da caridade e agregar elementos que impulsionem o desabrochar das capacidades, levando a população assistida a identificar oportunidades e a fazer escolhas conscientes.

Assim, entendemos que, mesmo limitadas e incompletas, as possibilidades abertas por iniciativas como as do Gamaluz assumem papel importante quando se tem por meta impulsionar o desenvolvimento humano. Desse modo, a resposta encontrada para a principal questão apresentada neste trabalho é que o atendimento às necessidades pode impulsionar o desenvolvimento de capacidades, desde que alie, às medidas assistenciais, o investimento em informação, formação e

capacitação, de modo a oferecer ambiente adequado para que a população beneficiária perceba os próprios potenciais, assim como as possibilidades da realidade em que está inserida e, assim, exerça a sua condição de fazer escolhas e de realizar algo por si mesma. Já a resposta à pergunta “em que medida isso pode ocorrer?” depende de uma série de fatores, entre os quais o esforço conjunto de instituições públicas, privadas e não-governamentais, esforço que deve ser impulsionado por uma decisão consciente de criar oportunidades para esse grupo populacional e de não deixá-lo à margem de todas as mudanças que se operam na região.

Porque se o desenvolvimento humano pode ser visto “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000) e se na base da liberdade estão as oportunidades sociais adequadas, a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento de capacidades na população estudada neste trabalho não é tarefa de uma instituição isolada nem mesmo de uma única entidade pública, como a prefeitura do município. Situado em um contexto metropolitano – em que as “vocações” e as áreas de atuação econômica estão dadas – Jaboticatubas tem poucas opções a oferecer às camadas mais pobres dos seus moradores. Uma delas é, certamente, o investimento em escolas de ensino fundamental e médio de boa qualidade, garantindo bons salários, para atrair professores comprometidos e capazes de despertar nos jovens senso crítico e desejo de crescer intelectualmente. A menos que o Censo 2010 traga números diferentes, Jaboticatubas é o município na microrregião de Sete Lagoas com o segundo maior percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo (75,36%).

No que se refere ao mercado de trabalho, a Organização das Nações Unidas salienta que é importante dar atenção especial aos jovens, pois o risco de eles ficarem desempregados é três vezes maior do que entre os adultos. De acordo com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, “uma das melhores maneiras para os jovens terem esperança no futuro é por meio de um emprego decente” (PNUD, 2010). Como lembra YUNUS (2008),

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento.

O ambiente em questão apresenta problemas estruturais, como a oferta insuficiente de serviços públicos e de postos de trabalho, que impedem que ações de qualquer instituição isoladamente mudem a conjuntura local. Se focarmos especificamente no conceito de necessidades como entendido por SEN, isto é, aquilo que se pode fazer pelas pessoas, não há no município, do ponto de vista da geração de renda, perspectivas de iniciativas de grande porte capazes de abrir postos de trabalho em massa para indivíduos sem qualificação profissional e com tão baixos índices de escolaridade.

Quanto ao turismo, no atual modelo, as opções abertas, como restaurantes, hotéis e pousadas, absorvem pouca mão de obra e, provavelmente, nem sempre provêm aquilo que a Organização das Nações Unidas define como emprego decente, isto é, como uma atividade capaz de estimular o desenvolvimento humano. É portanto fundamental que os agentes públicos – a começar pela prefeitura do município, mas não somente ela – adotem políticas que fortaleçam o “circuito inferior” da economia local, na forma que hoje pode ser entendida como “economia popular e solidária”, como sugere MONTE-MÓR (2010). Uma opção pode ser a formação e o fortalecimento de cooperativas ou associações de pequenos produtores, como estímulo à agricultura familiar e à constituição de grupos de geração de renda, em sintonia com as demandas e necessidades sociais e de mercado, tendo como uma das possibilidades os produtos nativos do Cerrado, cujas opções vão desde os alimentos, como doces, geléias, farinhas e frutos, até o comércio de objetos e acessórios artesanais, o que contribuiria para consolidar a vocação turística local.

Para viabilizar tais iniciativas, há todo um caminho a ser percorrido, o que exigiria sensibilidade para detectar demandas da economia da região bem como os desejos e expectativas da população local, além de um acompanhamento de longo prazo, que envolveria atividades como capacitação das pessoas, financiamento, diagnóstico socioeconômico e fluxo da produção, com as imprescindíveis avaliações para eventual correção de rumos.

Sem este elemento externo, tudo indica que a população avaliada neste trabalho não será beneficiada com nenhum dos esforços de “modernização” e de “desenvolvimento” hoje em curso na região. Se, entretanto, como sugere Amartya Sen (2000), as capacidades dos indivíduos podem ser aumentadas pela política pública, tal elemento externo pode criar um círculo virtuoso, em que, por outro lado,

o uso efetivo das capacidades participativas do povo poderá influenciar a direção da política pública e dessa forma mudar a realidade das pessoas e não apenas do lugar.

Lembramos também que o Gamaluz desenvolve outras atividades além da política assistencialista, ou seja, para além da caridade. Assim, a Instituição também contribui para o desenvolvimento de capacidades à medida que oferece a esses indivíduos informações e oportunidades de reflexão sobre seu papel de diante da comunidade; bem como ao atuar na formação e na capacitação de mão de obra, abrindo possibilidades de inserção qualificada no mercado de trabalho local ou de ampliação desse mercado a partir de novas frentes de trabalho.

Mesmo os adultos analfabetos, sem planos para o próprio futuro – como se vê nas entrevistas – são capazes de perceber mudanças no seu cotidiano quando recebem tratamento digno e respeitoso e quando encontram ambiente propício para a reflexão. Isso nos remete à dimensão abstrata das capacidades, que vai muito além da qualificação para realizar determinado trabalho, mas inclui por exemplo a possibilidade de fazer conexões, avaliar claramente a realidade e tomar decisões. Nesse sentido, pode ser considerada como capacidade – e como um fator importante naquela realidade – a compreensão, mesmo em indivíduos analfabetos, sobre o papel fundamental da educação e da formação profissional, para que estimulem seus filhos e netos a prosseguirem nos estudos. Acreditamos que para esse público mais velho o Gamaluz tem muito a oferecer, com a realização de palestras, de atividades culturais e do atendimento à saúde

Ao reconhecermos que dois segmentos dessa população – adultos e jovens – podem ter visões e expectativas diferentes diante da realidade que os cerca, apontamos para a necessidade de se adotar estratégias e abordagens diferenciadas para lidar com cada grupo. Como Yunus, a Instituição declara acreditar que é preciso investir na “nova geração”. É especialmente com essa parcela da população que o Gamaluz deve trabalhar, e percebe-se que é sobretudo para essa nova geração, composta pelos jovens e pelas crianças de hoje, que estão planejadas ações de maior alcance da Instituição, como a oferta de oficinas e cursos, aliadas à realização regular de atividades culturais.

Reiteramos, por fim, que os investimentos públicos e privados que vêm sendo realizados na região não afetarão positivamente a população local, a menos que esta seja preparada para as novas oportunidades que surgirão. Somente a

articulação de vários atores, sempre em sintonia com os desejos e expectativas da população local, será capaz de ir – de modo consistente e duradouro – além das necessidades, ao oferecer oportunidades que serão aproveitadas por pessoas capazes de fazer escolhas genuínas e aptas a atuarem como agentes do próprio destino. Somente assim será possível realizar o sonho que impulsionou a instalação da fazenda Mansão de Luz, em 2001, isto é, a abertura de suas atividades a pessoas conscientes de suas potencialidades e de seus recursos latentes; pessoas autônomas, plenamente capazes de fazer escolhas, como a opção de procurar uma instituição religiosa pelo desejo de participar das iniciativas de cunho espiritual e não pela necessidade do alimento material.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IPEA, PNUD, 2000.
- BRONZO, Carla. *Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- CIRENO, Flávio; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. *Educação, sexo e raça no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990: uma avaliação da política de expansão educacional*, in FAHEL, M. (Org); NEVES, J.A.B. (Org). *Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil*, Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.
- DRAIBE, Sônia M. *Desenvolvimento humano e bem-estar social: orientações e estratégias de política social*. Cadernos de Pesquisa do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de Campinas. Caderno 72, 2005.
- LOUSADA, Marcia Maria. *Geo-Grafias do Turismo rural no estado de Minas Gerais: Ecos contraditórios de um segmentos turístico (dito) em expansão*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- MENDES, Ricardo Dominelli. Apresentação in SEN Amartya, *Desigualdade reexaminada*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MISOCSKY, Maria Ceci. *A teoria do desenvolvimento e o enfoque de capacidades*. Núcleo de Estudos e Tecnologias em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <<http://nutep.ea.ufrgs.br/adp/teoriadesenv.htm>>. Acesso em: 08 de outubro de 2010.
- MONTE-MÓR, Roberto. *A onipresença do urbano*, in UFMG Diversa - Revista da Universidade Federal de Minas Gerais - Ano 8 - nº 17 - agosto de 2009.
- MONTE-MÓR, Roberto, RUIZ, Ricardo Machado. *A Região Metropolitana de Belo Horizonte: o antigo, o novo e tudo ao mesmo tempo e agora*, in OLIVEIRA, F.A, SIQUEIRA, W.B. *As muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia, Minas Gerais, 2010.
- PASTORINO, Carlos Torres. *Sabedoria do Evangelho*, Vol.1, Rio de Janeiro: Sabedoria, 1964.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD Brasil. *Emprego, sozinho, não reduz miséria*. Reportagem publicada em 15/10/2010. Disponível em <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3583&lay=pde>. Acesso em 19 de outubro 2010.
- SEN, Amartya, *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva; JANUZZI, Paulo de M.; KEINERT, Ruben Cesar, KEINERT; Tânia Margarete Mezzomo. *Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades*. In *Qualidade de vida: Observatórios, experiências e metodologias*. KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org); KARRUZ, Ana Paula (org). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo*. com Karl Weber. Tradução: Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Ática, 2008.